

INJUSTIÇA EPISTÊMICA DE MIRANDA FRICKER

Ana Carrollina Ribeiro Velasco

Inicialmente, Fricker apresenta a ideia central do livro: que a injustiça pode não se manifestar apenas em termos de violência física ou discriminação, mas também de formas epistêmicas, ou seja, quando alguém é tratado injustamente em relação ao seu direito de produzir, transmitir e ter acesso ao conhecimento. Fricker introduz a distinção entre injustiça epistêmica (quando a injustiça está relacionada com o conhecimento e suas práticas) e injustiça social (que envolve a distribuição de recursos e poder). Ela explora duas formas principais de injustiça epistêmica: preconceito epistêmico e injustiça epistêmica estrutural.

Fricker começa a analisar a noção de justificação epistêmica, que trata da credibilidade de um sujeito para fornecer testemunhos que devem ser aceitos como válidos em uma comunidade de conhecimento. Ela discute a credibilidade em termos de uma capacidade epistêmica que as pessoas possuem e que pode ser negada ou aceita pela sociedade com base em várias características (como classe, gênero, raça, etc.). A autora explora como certas pessoas podem ser desconsideradas como fontes legítimas de conhecimento devido a preconceitos estruturais presentes na sociedade.

Fricker desenvolve mais a noção de injustiça epistêmica, estabelecendo uma análise de como esse tipo de injustiça se manifesta nas interações sociais, especialmente quando alguém é desconsiderado ou tem sua experiência ignorada. Ela divide a injustiça epistêmica em duas formas: injustiça epistêmica individual (onde o sujeito é pessoalmente desconsiderado como fonte de conhecimento) e injustiça epistêmica estrutural (onde as instituições e a sociedade de forma mais ampla impedem o acesso ao conhecimento e à credibilidade de determinados grupos).

É discutido o fenômeno do preconceito epistêmico, que ocorre quando uma pessoa ou grupo é sistematicamente descreditado, ignorado ou suas experiências são desvalorizadas devido a preconceitos sociais, como racismo, sexismo, ou outras formas de discriminação. Ela argumenta que, quando o testemunho de um indivíduo é desconsiderado sem justificativa, essa pessoa sofre uma injustiça epistêmica, já que sua capacidade de contribuir para o conhecimento é negada.

O livro explora as contribuições da epistemologia feminista para a compreensão da injustiça epistêmica. Fricker examina como mulheres e outros grupos marginalizados têm suas vozes e testemunhos sistematicamente desvalorizados, e como essa dinâmica prejudica a distribuição de conhecimento. Ela enfatiza a importância de reconhecer a subjetividade das experiências de mulheres e a necessidade de uma epistemologia que valorize essas vozes em vez de desconsiderá-las com base em normas dominantes de conhecimento.

A autora analisa como a falha de reconhecimento do testemunho de um indivíduo, por parte de uma sociedade ou de uma comunidade epistêmica, pode ser uma forma de injustiça epistêmica. Ela argumenta que, quando o testemunho de alguém é negligenciado ou desacreditado, essa pessoa sofre uma forma de desvalorização epistemológica, que impede sua participação plena nas trocas de conhecimento. O capítulo discute a importância do reconhecimento epistêmico para a construção de uma sociedade justa e inclusiva.

Também é investigado as dinâmicas do testemunho e da credibilidade no contexto da epistemologia. Ela explora como as crenças testemunhais — ou seja, aquelas que são formadas com base no que outras pessoas nos dizem — são influenciadas por questões sociais e epistêmicas, como a autoridade, a confiança e a credibilidade de quem transmite o conhecimento. Ela também discute a forma como os preconceitos sociais podem levar à desvalorização do testemunho de pessoas pertencentes a grupos marginalizados.

Fricker explora a relação entre a moralidade social e a injustiça epistêmica. Ela discute como as comunidades epistêmicas podem, de maneira moralmente errada, negar a credibilidade de certos indivíduos ou grupos, e como isso resulta em um impedimento para a participação plena dessas pessoas na sociedade do conhecimento. A autora propõe que a solução para a injustiça epistêmica envolve um esforço moral e ético para corrigir as falhas nos processos de reconhecimento e valorização das vozes marginalizadas.

O livro também se dedica a discutir como é possível responder à injustiça epistêmica. Fricker propõe algumas estratégias para mitigar e combater essas injustiças, como a criação de estruturas epistêmicas mais inclusivas e a valorização da diversidade epistemológica. Ela também sugere a necessidade de uma educação que ensine o reconhecimento das várias formas de injustiça epistêmica e promova a solidariedade entre grupos que têm sua credibilidade questionada ou negada.

Assim sendo, o livro traz uma reflexão sobre a importância de reconhecer a injustiça epistêmica como uma questão central nas sociedades contemporâneas. Ela defende a ideia de que, ao abordar a injustiça epistêmica, estamos também lutando por uma sociedade mais justa, na qual as vozes de todos, independentemente de seu contexto social, são ouvidas e valorizadas. Ela sugere que a construção de uma epistemologia mais inclusiva e a revisão dos processos de reconhecimento e credibilidade são fundamentais para garantir a equidade no acesso ao conhecimento.